

## O DISCURSO TÉCNICO URBANISTA E O GOVERNO DA CIDADE EM CURITIBA.

Profº Dr. Nelson Rosário de Souza (\*)

Curitiba é a capital do estado do Paraná (sul do Brasil) e conta com 1.500.000 habitantes. A cidade viveu dois momentos de expansão populacional. Depois de um fluxo migratório de europeus na virada do século passado a cidade recebeu, entre as décadas de 1950 e 1980, um grande número de migrantes de outras regiões do Brasil, resultado da industrialização e da modernização agrícola. A partir de então Curitiba viu seu ritmo de crescimento populacional diminuir em favor do rápido avanço demográfico dos municípios vizinhos que formam a RMC. Fato este relacionado com as transformações urbanas planejadas experimentadas por Curitiba na década de 70. Neste período foram executadas as principais diretrizes do PPU (Plano Preliminar de Urbanismo)<sup>1</sup>.

A modernização urbana de Curitiba se fez num contexto nacional de ascensão das forças burocrático-militares e de fortalecimento da ideologia do planejamento racional e, especialmente, da crença no poder da arquitetura e do urbanismo no ordenamento do espaço e na (trans)formação da população.

Este estudo propõe analisar os procedimentos e instrumentos do urbanismo curitibano e como ele foi construído enquanto empreendimento discursivo plausível e eficaz nos seus efeitos de poder. Ou seja, a pergunta que orienta este trabalho é: Quais categorias este urbanismo mobilizou e como elas operaram estrategicamente na distribuição desigual dos recursos e da população no espaço da cidade?

O PPU foi um plano global cujo objetivo era uma total reordenação da cidade capaz de modernizá-la e prepará-la para o desenvolvimento econômico. Do conjunto dos seus procedimentos destacaremos a construção discursiva a propósito dos chamados 'eixos estruturais lineares' e sua localização. Os eixos estruturais foram concebidos e posteriormente implantados como linhas que combinariam o tripé integrado: sistema viário, transporte de massa e uso do solo, de forma a viabilizar, segundo os urbanistas, o desenvolvimento ordenado da cidade. Estes eixos são dois, nordeste/sudoeste e leste/oeste (destacados no mapa 2 do PPU, reproduzido em anexo – final do texto).

A análise da concepção dos eixos estruturais espera clarear a construção de uma partilha desigual do espaço urbano em Curitiba e os mecanismos da sua reprodução. O estudo contribui também para percepção das adaptações e transferências empreendidas pelos urbanistas brasileiros a partir da matriz modernista e diante das experiências e configurações de poder locais.

O PPU é um documento representativo da racionalidade urbanística e da relação entre planejamento do espaço e governo da população. Planejar, aos olhos dos técnicos do PPU, significa diagnosticar as necessidades e disfunções da cidade e de sua população.

Na suas primeiras páginas o PPU busca traçar um perfil positivo do seu objeto: a população urbana de Curitiba. O estudo afirma que origem da maioria dos seus migrantes é o sul do Brasil (europeu e rico). A base de dados é o cadastro do TRE (segundo o PPU as informações do IBGE não seriam confiáveis), significa que analfabetos, não eleitores e re-imigrados, ou seja, os pobres, estavam excluídos desta representação. O próprio texto do PPU reconhece os limites da amostra, mas, ameniza o problema, com argumentos interessantes:

"... o eleitor tende a ser das camadas sociais mais altas, e assim deixando de ser representada a população de camadas mais baixas. Isto em parte é contrabalançado pelo alto índice de alfabetização dos habitantes da Região Sul do país, e que constituem a maior parte dos imigrantes" (PMC, 1965b: 12).

A argumentação desencadeia um ciclo vicioso, os pobres (na maioria analfabetos) podem não estar representados nos dados, mas os mesmos dados 'revelariam' que a maioria vem do sul onde o

---

Universidade Federal do Paraná – Brasil - [nrdesouza@uol.com.br](mailto:nrdesouza@uol.com.br) - [ndesouza@humanas.ufpr.br](mailto:ndesouza@humanas.ufpr.br)

SIGLAS

CIC- Cidade Industrial de Curitiba.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

PD - Plano Diretor.

PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba.

PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano.

PPU - Plano Preliminar de Urbanismo.

RMC- Região Metropolitana de Curitiba.

TRE- Tribunal Regional Eleitoral

UV - Unidade de Vizinhança.

<sup>1</sup> Plano elaborado em 1965 pela empresa Serete associada ao escritório do urbanista Jorge Wilhelm, ambos de São Paulo. Este plano, com poucas modificações, virou PD (Plano Diretor) e foi executado pelo IPPUC.

analfabetismo seria baixo e isto validaria os dados. Bem, se os dados do IBGE não são confiáveis e se os números do TRE não incluem pobres, analfabetos e re-emigrados, como afirmar que os imigrantes do sul são a maioria? E, principalmente, por quê? A idéia de maioria aqui é fundamental, pois permite classificar: pobres, analfabetos, negros, nordestinos, enfim, 'outros', como minoria não relevante para o planejamento dos investimentos urbanos. O principal objetivo do PPU era dotar racionalmente a cidade dos atributos técnicos e espaciais necessários ao progresso econômico. Para tanto o olhar urbanista construiu as dificuldades como 'residuais', momentâneas e recentes, em oposição ao duradouro, essencial e natural, capaz de indicar as potencialidades de Curitiba.

No jogo de classificação do espaço e da população para determinar o potencial da cidade os técnicos constróem uma história da cidade na qual aparece em primeiro plano a população de origem européia e o processo da sua integração social, econômica e espacial. Essa história apontaria a direção 'saudável' do crescimento urbano (o sentido longitudinal sudoeste/nordeste) e confirmaria os espaços passíveis de investimento. Os imigrantes pobres e recém chegados são apresentados como minoria que precisa adaptar-se ao meio urbano civilizado e cujo espaço é problemático.

A ocupação urbana empreendida pelos migrantes europeus teria sido saudável, pois, propiciou, segundo o PPU: "um desenvolvimento relativamente contínuo, centrífugo e homogêneo" (PMC,1965b: 81); e teria, ainda, limitado a 'especulação terrenista', o 'parcelamento em lotes' e os loteamentos clandestinos, resultado de uma recente 'migração de nacionais'. O planejamento deveria pautar-se por recuperar esta condição de equilíbrio propiciada por colonizadores portugueses e imigrantes estrangeiros.

É interessante perceber, aqui, o procedimento de construção do perfil da população em relação ao espaço a ser valorizado. Após relacionar o tipo de população à forma de ocupar o solo e ao caráter orgânico da cidade, o texto do PPU informa que o desequilíbrio de Curitiba começou após a Segunda Guerra, com as transformações econômicas do país e:

"uma certa imigração, especialmente de nacionais (...). Comparece então, com muito maior vigor o mecanismo do loteamento ..., sem controle do poder público. Tal fenômeno ocorreu especialmente no setor sul, mais plano de menor valor comercial, em virtude das freqüentes inundações da baixada (...). Em decorrência desta atividade comercial indisciplinada, a ocupação do solo deu-se parcialmente em terrenos de difícil drenagem e de serviços públicos onerosos (PMC,1965b: 81 - sem grifos no original).

Segundo os urbanistas do PPU a 'migração de nacionais', suas demandas combinadas com descontrole, teria sido responsável pela ocupação indisciplinada do sul da cidade (para além da BR-2, especialmente do bairro do Boqueirão)<sup>2</sup> gerando desvios inorgânicos no desenvolvimento urbano. Os técnicos esforçaram-se, então, para distinguir o que é saudável do que é prejudicial ao futuro da cidade, e os critérios de avaliação estão expostos no PPU:

"Se compararmos qualquer prancha gráfica de serviço público com a localização de edificações e de loteamentos, perceber-se-á terem as redes permanecido a grosso modo na direção sudoeste-nordeste, enquanto os loteamentos levaram os limites da zona urbana a abranger vastas glebas ao sul, a sudoeste e a leste do setor urbano contínuo. Desejaríamos insistir no caráter inorgânico desta ampliação de Curitiba" (PMC,1965b: 81-82 - sem grifo no original).

A restrição dos serviços públicos a certos espaços não é apresentada, é claro, como sinal de discriminação, mas, como evidência de que o natural e saudável é o investimento nas regiões sudoeste e nordeste e em suas populações. O contínuo é sinônimo de orgânico. A dispersão aparece como dado inorgânico e residual, ainda que, em 'expansão exagerada', pois, teria sido gerado pela indisciplina administrativa e pelo perfil negativo da população.

A lógica do plano leva a mútua determinação entre espaço e população, pois, a valorização do 'lugar' pelos investimentos públicos está associada a classificação dos seus usuários. A manutenção do valor das áreas investidas pelo planejamento depende também do controle daqueles que poderiam atuar para sua desvalorização.

Segundo o PPU Curitiba teve sua ocupação urbana marcada pela dispersão e pela tendência longitudinal à BR-2 (atual BR-116) (linha sudoeste/nordeste). Estes dois aspectos terão uma grande importância ao longo do PPU e formarão a base das proposições e da execução do plano. A dinâmica do plano, a sua lógica, se dará pela polarização dos dois elementos acima mencionados. A 'tendência longitudinal' aparecerá como pólo positivo, elemento a ser valorizado, será celebrada pelos técnicos da administração municipal como 'vocalização', como evolução 'natural' e ao mesmo tempo racional. A 'tendência longitudinal'

---

<sup>2</sup> O Boqueirão é um bairro de Curitiba localizado ao sul da rodovia BR-2 (atual BR-116), ver mapa 2 em anexo no final do texto. Ele foi ocupado principalmente nos anos 50 e 60, sendo uma região alagadiça os preços dos lotes atraíram os imigrantes de baixa renda.

aparecerá como o lado de dentro. Enquanto a 'ocupação extensiva' (a dispersão da população) será apreendida como pólo negativo, algo a ser corrigido e ordenado, o lado de fora.

Caracterizar as áreas de dispersão será uma das tarefas dos urbanistas. Bairros como o Boqueirão, pela intensidade da sua dispersão, pelo perfil dos seus habitantes, pela ocupação recente e pelas características 'naturais' do seu terreno não aparecerão como áreas prioritárias para os investimentos da administração, serão construídos como o lado de fora.

Para auferir o grau de dispersão o PPU lança mão, estrategicamente, do critério da densidade. A área de maior densidade em Curitiba era a central e suas adjacências onde concentrava-se as habitações da elite. As classes populares estavam dispersas nos bairros. Ao eleger a densidade como critério de escolha para os investimentos públicos, seguindo a tradição modernista de urbanismo, o PPU reafirma a divisão do espaço urbano em duas cidades. E a segmentação do espaço é correlata à diferenciação dos seus habitantes e à polarização entre tendência longitudinal e ocupação extensiva.

O pólo positivo (tendência longitudinal), é importante que se diga, precisava do negativo (ocupação extensiva) para viabilizá-lo. Ao lado do pólo positivo outros elementos foram sendo aglutinados: a vocação da cidade, a rentabilidade, as necessidades, o progresso, a qualidade de vida, o caráter orgânico, a preservação da história, da natureza, enfim, a racionalidade técnica. Do outro lado o mesmo aconteceu, junto à ocupação extensiva perfilou-se: o alto custo, o atraso, o caráter inorgânico, não natural e irracional.

Tomar a tendência longitudinal como um dado natural significou justamente abstrair a história do Boqueirão e a resistência dos seus moradores que construíram uma infra-estrutura urbana praticamente à revelia da administração municipal. Significou também tomar o equipamento estrada (BR-116) pela sua função de barreira e elaborar a argumentação para que este obstáculo não fosse transposto pela linearidade do planejamento. A racionalidade técnica construiu, a partir deste procedimento, certos espaços e indivíduos como 'apêndices' do corpo saudável da cidade, e o Boqueirão é o exemplo mais acabado desta obra da razão técnica.

No percurso de construção da tendência longitudinal como vocação da cidade fundada na densidade o PPU lançou mão da divisão do espaço urbano em unidades de vizinhança (UV). A divisão, que pretendia-se arbitrária, na verdade teve um vetor. Os dados pretendiam revelar o desenho inquestionável do progresso da cidade em poucos eixos lineares contra a distorção das múltiplas radiais que desorganizariam o espaço. O esforço do PPU estava em associar uma suposta vocação natural do passado à racionalidade planejada empreendida no presente e com vistas ao futuro.

Ocorre que a própria divisão das UV não é arbitrária, segue a lógica da naturalização da tendência longitudinal, numa inversão nada ingênua (ver mapa 7 – anexo no final do texto). Primeiro a BR-116 é tomada como limite das unidades de vizinhança do sudoeste ao nordeste. O bairro do Boqueirão foi dividido em apenas duas grandes UV. Uma (a 36) menor, entre a margem direita do Rio Belém até a Avenida Mal. Floriano Peixoto; outra (a 35) maior abriga um quartel do exército cuja área não foi subtraída no cálculo da densidade<sup>3</sup>. Ainda na região sul outra UV (a 37) foi demarcada. A separação destas UV daquelas estabelecidas do outro lado da BR-116 ilude porque minimiza a transposição da estrada pelos habitantes em busca de terrenos mais baratos. O recorte impede a avaliação da densidade num desenho perimetral ao centro. Como agravante, os dados sobre densidade foram retirados do censo escolar. Significa que na faixa das famílias mais pobres, onde provavelmente muitas crianças estavam fora da escola, a densidade foi subavaliada.

No mapa 7 do PPU (anexo) é apresentado somente o núcleo central (UV 0, 8 e 9) com densidade superior a 50 hab/ha. A seguir os urbanistas visualizam uma faixa, a nordeste e a sudoeste, com densidade entre 30 e 50 hab/ha<sup>4</sup>. Ocorre que, seja pela assimilação da rodovia como barreira, seja pelo critério utilizado para recortar cada UV, o que poderia ser tomado como faixa perimétrica de crescimento a partir do centro é avaliado como tendência longitudinal sudoeste/nordeste. As UV 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 30 e 34, que praticamente contornavam o centro partindo do oeste e indo até a BR-116, são aglutinadas sob o guarda-chuva de tendência longitudinal sudoeste. E as UV 1, 2, 3, 4 e 14 são assumidas como tendência longitudinal nordeste. Acontece que as UV desta 'longitudinal', se recortadas em contorno ao centro poderiam se combinar com as UV 5, 6 e 7 (desde que num desenho menos alongado e de menor tamanho) fechando um anel de densidade alta ao redor do centro<sup>5</sup>. O contorno se

<sup>3</sup> No mapa 7 (em anexo no final do texto) o Rio Belém é representado pela linha que, depois de cruzar o centro da cidade, serve de limite entre as UV 36 e 37, 45 e 46 a partir da BR-116.

<sup>4</sup> A própria divisão das faixas entre '11 a 30 - 31 a 50 hab/ha' deixa muitas dúvidas e apresenta-se como estratégica. As áreas próximas à rodovia, de um lado e de outro, estariam quanto próximas ao limite de 30 hab/ha. Não formariam, neste caso, um todo homogêneo que aparece dividido?

<sup>5</sup> O tamanho grande e o recorte afunilado em direção ao centro faz com que estas UV tenham sua densidade reduzida. Suas pequenas áreas próximas ao centro são prejudicadas pelos vastos espaços distantes do centro e que pesam negativamente no cálculo da densidade.

completaria com a UV 11, que mesmo marcada por grandes equipamentos tinha uma densidade entre 11 e 30 hab/ha. Neste caso o que aparece no PPU como tendência longitudinal da densidade e do crescimento viraria expansão radial circular, seu reconhecimento implicaria em agregar e não discriminar espaços.

Uma segunda faixa de densidade entre 11 e 30 hab/ha é estabelecida (UV 5, 6, 7, 11, 12, 13, 15, 26 e 28) e, apesar de nitidamente circular, para os técnicos do PPU ratifica a tendência longitudinal nordeste. Objetivando confirmar a tendência longitudinal sudoeste são agrupadas, nesta segunda faixa, as UV 29, 31, 32, 33 e 41. Com este desenho os urbanistas tentam convencer que a vocação da cidade é o sentido longitudinal nordeste/sudoeste e que a ocupação do Boqueirão é inorgânica. Sobre esta área o texto do PPU chega à seguinte conclusão:

“Um apêndice que até certo ponto contraria a tendência longitudinal, mas cuja densidade é inferior a 30 hab/há, situa-se ao Sul e a Leste da BR-2” (PMC, 1965b: 23 sem grifos no original).

Num desenho alternativo seria plausível prolongar em forma circular as linhas divisórias ao sul entre as UV 34 e 33, 33 e 41 fazendo com que atravessassem e dividissem as UV 35, 36 e 37 até se unirem ao limite entre as UV 22 e 38, 37 e 46, respectivamente. Com novas UV assim recortadas o desenho gráfico ao invés de segregar o Boqueirão e toma-lo como um apêndice estaria integrando-o à região central da cidade. O novo recorte manteria para a segunda faixa uma homogeneidade da densidade que tornaria evidente uma transposição do obstáculo BR-116 por uma parcela significativa da população. É interessante observar como o recorte retangular das UV 36 e 37 ao sul da rodovia produziu no olhar técnico uma leitura de disfunção, ao passo que o recorte idêntico das UV 14 e 26 a nordeste valorizou as suas densidades e foi tomado como uma tendência saudável para o desenvolvimento da cidade<sup>6</sup>.

Enfim, a valoração do recorte gráfico deveria corresponder, e efetivamente correspondeu, a uma valorização espacial em termos de investimentos públicos planejados e a uma leitura do perfil da população em relação ao seu espaço. Realizar o recorte alternativo significaria integrar a área do Boqueirão e seus habitantes por meio da urbanização da rodovia BR 116 de forma a superar o seu caráter de obstáculo<sup>7</sup>.

É preciso acrescentar que apesar de todo o discurso valorizando uma ‘tendência’ linear e longitudinal que discriminou o Boqueirão, o crescimento da cidade permaneceu, em grande medida, radial. Os eixos estruturais<sup>8</sup> formaram um corredor de expansão do centro e ao mesmo tempo geraram uma valorização e preservação dos círculos concêntricos historicamente reservados à elite. Em resumo, valorizou-se o já valorizado, e isto pode ser percebido com a sobreposição do mapa 13 (valores imobiliários de terrenos em 1965 – anexo no final do texto) com o mapa 2 que apresenta o traçado dos eixos estruturais. Enfim, os miolos espaciais localizados entre os eixos e as demais avenidas perpendiculares e circulares foram valorizados assim como suas adjacências. Significa que a ordem urbana precedente é mantida, expandida e revalorizada com o PPU.

Para o PPU a estrutura viária teria facilitado a ocupação indesejável de bairros como o Boqueirão. O Plano propõe corrigir esta situação justamente associando o novo sistema viário à regulação do uso do solo e ao sistema de transporte, impedindo assim as ocupações inorgânicas nas proximidades dos eixos que passaram a valorizar os espaços urbanos centrais e longitudinais à rodovia BR-116. Tal procedimento formou um estoque de investimentos e de expansão ‘saudável’ para cidade ao limitar o desenvolvimento das áreas ocupadas por habitantes de baixa renda relativamente próximas ao centro. Neste sentido, o êxito do sistema de transporte, celebrado com vigor pela administração e pela imprensa, traduz-se pela eficiência em transferir as classes populares para longe, porém, sem isolá-las.

Ao contrário de barreira, a BR-116, vista do lado de dentro, formaria uma proteção lateral para expansão longitudinal ‘saudável’ do corpo urbano. Construir ou expandir uma densidade ordenada seria colocar uma população num espaço saudável porque planejado. O problema das grandes cidades, diagnosticado pelos urbanistas curitibanos, é que primeiro as pessoas se estabelecem nos espaços de forma desordenada e somente depois os governos tentam levar a elas racionalidade do planejamento. Como o crescimento das cidades, sem o devido monitoramento técnico, segue uma tendência radial/perimetral, ou seja, dá-se uma expansão desordenada para todos os lados, as administrações têm dificuldade de reordenar as ocupações espontâneas e irregulares. Enfim, formado o cinturão de pobreza e desordem em volta do centro organizado da cidade esta tem grandes dificuldades para expandir-se porque a barreira à circulação e aos investimentos está instalada. A concentração das atividades no centro das cidades,

<sup>6</sup> É importante registrar que o PPU apresenta dados sobre o crescimento demográfico que revelavam a forte ocupação recente do Boqueirão, mas, neste caso os técnicos reagruparam as UV por Zonas e com isto minimizaram o crescimento populacional ao sul da BR 2.

<sup>7</sup> Esta discussão nos parece tanto mais pertinente quando constatamos que a PMC acaba de aprovar um projeto de urbanização da BR 2 constituindo-a como novo eixo estrutural da cidade.

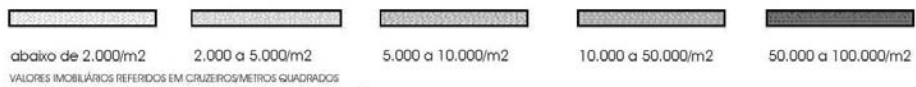
<sup>8</sup> O desenho original dos eixos estruturais pode ser observado no mapa 2 - representado por linhas vermelhas (anexo).

especialmente a função trabalho, contribuiria para uma ocupação indevida deste espaço e de suas proximidades. A multiplicidade de atividades e grupos sociais geraria o caos. O que o planejamento fez, no caso de Curitiba, foi ao mesmo tempo preservar o centro e garantir a expansão da sua ordem. É possível dizer que o centro abriu mão do seu crescimento explosivo, radial e vertical, para ver sua lógica se estender com segurança através dos eixos estruturais. A hierarquia entre funções e agrupamentos foi garantida pela nova configuração urbana. Os eixos estruturais, combinados com as grandes avenidas e com a própria BR-116 cumpriram, então, um papel estratégico: proteção, expansão e valorização dos espaços nobres, na justa medida da contenção dos pobres nos seus lugares distantes.

## **BIBLIOGRAFIA**

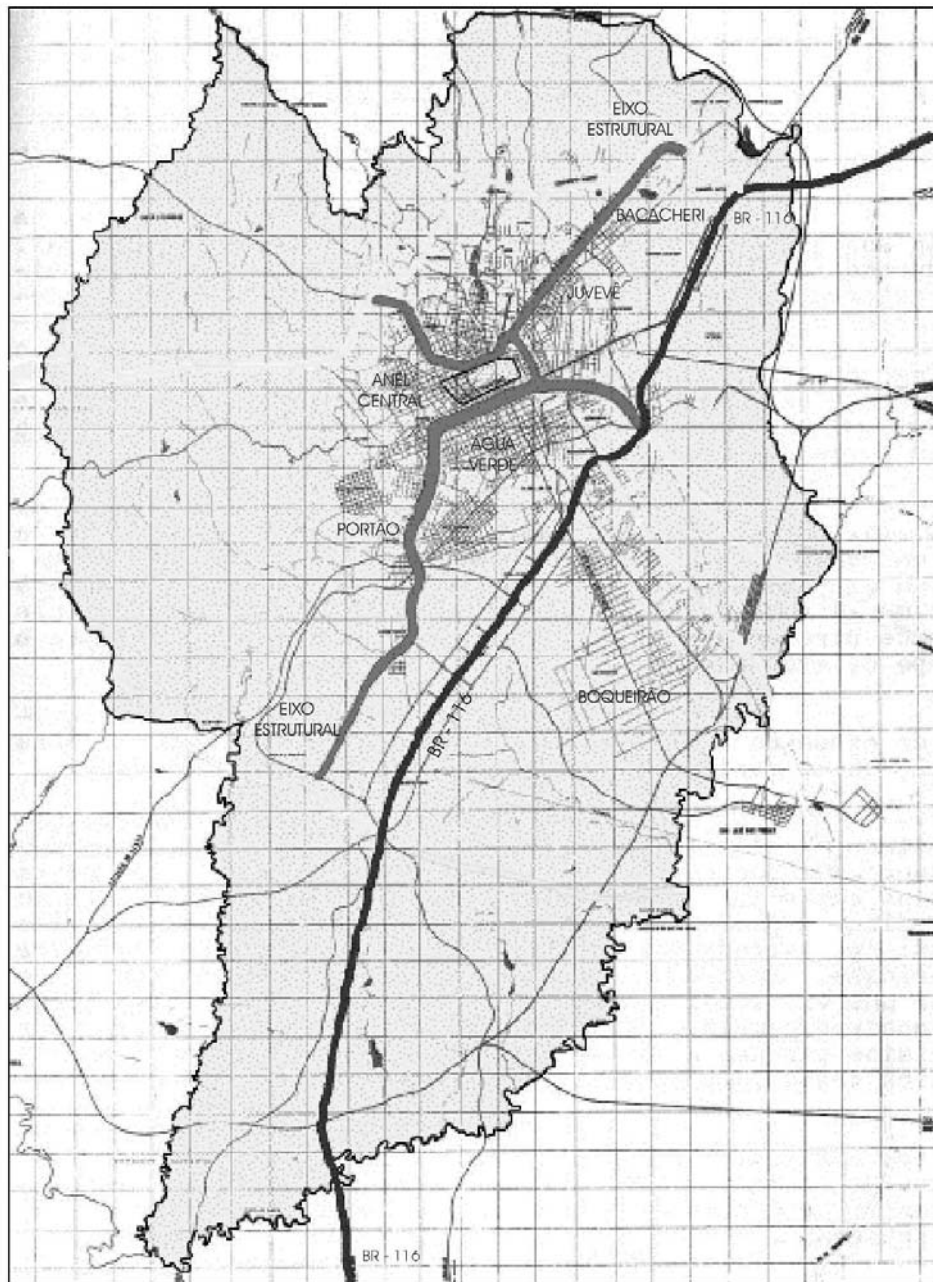
- BAUDRILLARD, Jean. (1969). "La genèse idéologique des besoins". Cahiers Internationaux de Sociologie, Paris, XLVI: 45-68, jul-dez.
- DREYFUS, Jacques. (1976). La ville disciplinaire: essai sur l'urbanisme. Paris, Édition Galilée.
- DUPUY, Gabriel. (1978). "Le rôle politique et idéologique de la technique dans l'aménagement des villes: de l'assainissement à la planification des transports urbains". Colloque de Recherche Urbaine: Aménagement urbain et mouvements sociaux. Paris. Centre de recherche d'urbanisme. Avril.
- FOUCAULT, Michel. (1990). "Omnes et Singulatim: Por uma Crítica da Razão Política", Novos Estudos Cebrap, nº26, Março, 77-99.
- FOURQUET, François. (Outros). (1973). Genealogie du capital. 1. Les équipements du pouvoir: villes, territoires et équipements collectifs. Paris, Recherches, Dez.
- GARCIA, Fernanda E. Sanchez. (1997). Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing. Curitiba, Palavra.
- GUATTARI, Félix. (1985), "Espaço e poder: A criação de territórios na cidade". Espaço e Debates. São Paulo, NERU, ano V, nº 16, p. 109 -120.
- HABERMAS, Juergen. (1987c). "Arquitetura moderna e pós-moderna". Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, (18): 115-124, set.
- HOLSTON, James. (1993). Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo. Cia das Letras.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q. e PECHMAN, Robert. (Orgs). (1996). Cidade, povo nação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SENNETT, Richard. (1997). Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. Rio de Janeiro, Record.
- ULTRAMARI, Clovis e MOURA, Rosa. (Orgs.). (1994). Metrópole: Grande Curitiba: Teoria e prática. Curitiba, IPARDES.
- DOCUMENTOS**
- FCC. (1995). Boletim Informativo da Casa Romário Martins: Boqueirão: o bairro na história da cidade. Fundação Cultural de Curitiba. v. 22, n. 106, ago.
- IBGE. (1950/60/70/80/91). Censo Demográfico - Paraná.
- IPPUC. (1989/92). Memória da Curitiba Urbana. (Depoimentos) - 8 volumes. Curitiba, IPPUC.
- PMC. (1965b). Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Serete e Wilhelm associados.
- PMC. (1966). Mensagem do Plano Diretor. Anteprojeto de Lei. Maio.
- PMC. (1966). Plano Diretor. Lei 2828/66.

Figura 1



VALORES IMOBILIÁRIOS DE TERRENOS  
PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO DE CURITIBA

Figura 2



ESQUEMA VIÁRIO - PROPOSTA  
PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO DE CURITIBA

Figura 3

